

Força do destino

O AJUSTE estrutural da economia brasileira passa, necessariamente, por uma abertura para o comércio exterior. Assim, mais dia menos dia, o governo efetivamente acabará pondo em prática a redução das tarifas aduaneiras do país, que hoje estão entre as mais elevadas de todo o continente.

OUTRAS nações latino-americanas optaram por uma diminuição acelerada de suas alíquotas de importação, e têm sido bem-sucedidas nesse processo, em face da queda da inflação e da retomada do crescimento econômico. O Brasil se mostra mais zeloso em relação à sua indústria — edificada, sem dúvida, com muito sacrifício — e prefere o gradualismo, dando oportunidade a que as empresas brasileiras ganhem fôlego para suportar a concorrência externa.

ESSE tipo de proteção, porém, não poderá eternizar-se. O consumidor já cumpriu a sua parte, pagando sempre mais caro pelos produtos aqui fabricados. Não é possível continuar a classificar como "nascente" a indústria brasileira, pois na maioria dos setores ela alcançou uma escala de produção que a coloca entre as maiores do mundo.

A CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas

para América Latina e Caribe), órgão que inspirou, nas décadas de 50 e 60, várias teses e programas de industrialização no continente, admitia a inflação estrutural como um ônus inevitável para que as nações latino-americanas se desenvolvessem. Mas a sociedade acabou por se tornar complacente diante do fenômeno inflacionário, talvez na esperança de usufruir no futuro um melhor padrão de vida, decorrente do crescimento econômico.

A INFLAÇÃO entranhou-se de forma crônica no cerne do modelo econômico, e para suprimi-la não bastam os corretivos conjunturais clássicos. Por isso, o ajuste vem sendo mais doloroso, porque os seus efeitos positivos não são sentidos de imediato.

NÃO é suficiente que o Tesouro Nacional consiga apresentar superávit de caixa; mais importante do que isso é que o equilíbrio seja obtido por saneamento estrutural (e dessa forma duradouro) das finanças públicas. Não adianta liberar todos os preços e esperar que o mercado aja, se suas forças não forem, ao mesmo tempo, ativadas (e, nesse caso, a concorrência externa é fundamental). Há uma série de outros exemplos de medidas de caráter estrutural que poderiam ser citados.

A SOCIEDADE brasileira está cada vez mais consciente de que não há como se fugir disso para chegar a uma recuperação consistente. A postura de líderes sindicalistas diante da privatização de siderúrgicas estatais como a CSN, a Cosipa e a Açominas é uma prova dessa mudança de mentalidade: agora são os empregados que querem acelerar a desestatização, reivindicando, ao mesmo tempo, maior participação acionária no futuro dessas companhias.

AS lideranças sindicais perceberam, em tempo, que as siderúrgicas, permanecendo estatais, não terão a menor condição de competir com as usinas privatizadas (a Usiminas já estaria, hoje, ocupando um espaço que antes era da Cosipa).

O GOVERNO pode, momentaneamente, adiar a redução das alíquotas de importação ou preferir uma diminuição mais tênue das tarifas aduaneiras. Mas não deve abandonar esse trajeto, pois o país como um todo será beneficiado. Inclusive os setores industriais que hoje reclamam: obrigados a se tornarem mais competitivos, conquistarão novos mercados, e atrairão mais consumidores para seus produtos.